



BARU

**ANÁLISE DE RISCOS E OPORTUNIDADES PARA
O DESENVOLVIMENTO DA CADEIA**



2021

Este estudo foi realizado pelo WWF-Brasil e Conexus e co-financiado pelo Instituto Humanize e a União Europeia (projeto Gestão Integrada de Paisagem Sustentável no Bioma Cerrado no Brasil e no Paraguai). O seu conteúdo é de exclusiva responsabilidade de seus autores e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia e nem do Instituto Humanize.

EDITORAÇÃO

Ana Carolina Bauer
Kolbe Wombral Soares Santos
Pedro Frizo
Revisão do conteúdo



Amanda Talhari e Ana Cossermelli
*Design, editoração gráfica, ilustração,
revisão e adequação do texto*



Rosana Rezende
*Pesquisadora responsável
pela coordenação e estruturação
desta publicação*

Foto da capa:

*Terra Mar Filmes (@TerraMarFilmes) /
Sementes do Amanhã (@sementesdoamhadoc)*

WWF-BRASIL

Maurício Voivodic
DIRETOR EXECUTIVO

Alexandre Prado
DIRETOR DE ECONOMIA VERDE

Carolina Siqueira
**COORDENADORA DE PROJETOS
DE CONSERVAÇÃO**

Ana Carolina Bauer
ANALISTA DE CONSERVAÇÃO

Kolbe Wombral Soares Santos
ANALISTA DE CONSERVAÇÃO

CONEXSUS

Carina Pimenta
DIRETORA EXECUTIVA

Monika Röper
**LÍDER DO NÚCLEO DE NEGÓCIOS
COMUNITÁRIOS**

Pedro Frizo
**LÍDER DE ACESSORIA A
NEGÓCIOS COMUNITÁRIOS**

REALIZADORES



PARCEIROS E APOIADORES





SUMÁRIO

SUMÁRIO	03
APRESENTAÇÃO	04
CONTEXTUALIZAÇÃO	05
O Cerrado	05
O Baru	09
HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DESTA ANÁLISE	10
Linha do tempo	10
METODOLOGIA	11
Os 10 critérios	12
Os 23 indicadores	13
Levantamento de dados e entrevistas com atores relevantes	14
SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS	15
Resultados de baixo risco identificados com a metodologia	15
Resultados de risco intermediário identificados com a metodologia	16
Resultados de risco alto identificados com a metodologia	18
Outros itens de risco	18
Evento de apresentação da análise	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA UMA AGENDA DE FORTALECIMENTO DA CADEIA DO BARU	21



APRESENTAÇÃO

O uso e a comercialização do baru (*Dipteryx alata* Vog.) tem proporcionado melhorias na renda dos agroextrativistas do Cerrado, além da valorização dos modos de vida e dos territórios de ocorrência, contribuindo para a conservação de áreas nativas usadas sustentavelmente para a coleta dessa espécie. O baru é nativo do bioma Cerrado e apresenta uma multiplicidade de usos, principalmente da castanha (semente), como, por exemplo, o uso alimentar e medicinal.

Apesar dessa importância e relevância, o uso e a comercialização do baru ainda necessitam de aperfeiçoamento. Alguns fatores importantes serão explorados com mais detalhes nesta publicação, como o comércio justo, a transparência e a equidade nas relações existentes ao longo da cadeia.

Assim, o objetivo da presente análise foi elencar e analisar os principais elementos potenciais de risco associados à cadeia de valor do baru, com foco em ressaltar algumas oportunidades de desenvolvimento.

Foto: Terra Mar Filmes (@TerraMarFilmes) / Sementes do Amanhã (@sementesdoamanhadoc)





CONTEXTUALIZAÇÃO

O CERRADO

O Cerrado é uma das mais ricas regiões de savana tropical do mundo, sendo responsável por 5% da biodiversidade do planeta e 30% da biodiversidade nacional.

RAIO X DO CERRADO

RIOS DO CERRADO

É no Cerrado que se encontram as cabeceiras da maioria dos principais rios brasileiros, como o Xingu, São Francisco, Tocantins Araguaia, Paraíba, bacia do Tapajós, os afluentes da margem direita do rio Paraná e todos os rios que formam o Pantanal. Também fornece água para três importantes aquíferos: Bambuí, Urucuia e Guarani. Das 12 principais bacias hidrográficas do país, oito recebem águas do Cerrado, sendo que seis delas estão dentro do bioma.

EQUIVALENTE A SOMA

Mais de 2 milhões de km²

Área equivalente a soma dos territórios: Alemanha, Itália, Holanda, Espanha e Reino Unido

RELEVO E FORMAÇÃO VEGETAL

É composto por diferentes relevos, com planaltos e chapadas que variam de 300 a 1.660 m de altitude, separados por depressões periféricas. Esse cenário ajuda a explicar a variação de gradientes de cobertura vegetal e sua biodiversidade.

Fonte: CEPF, 2017.



Mata ciliar

Mata de galeria

Mata seca

Cerrado

Vereda e Palmeiral

UMA IMENSA CAIXA D'ÁGUA

Seus solos profundos e sua vegetação atuam absorvendo e filtrando a água na estação chuvosa para abastecer milhares de nascentes durante todo o ano, assim como para os estoques subterrâneos (aquíferos) e superficiais (rios), mesmo no auge da estação seca.

FLORESTA DE CABEÇA PARA BAIXO

Suas árvores e arbustos possuem folhas grandes e raízes muito profundas, até cinco vezes maiores que as partes visíveis das plantas, sendo 70% do estoque de carbono no Cerrado localizado na parte subterrânea e o resto na parte aérea.

Fonte: CEPF, 2017.

COBERTURA DO SOLO

44,5%

Floresta

44,2%

Uso agropecuário

Área não vegetada **0,8%**

9,8%

Formação natural não Florestal

0,7%
Corpo D'Água

Fonte: Mapbiomas, 2020.

MAMÍFEROS DO CERRADO

O Cerrado concentra uma variedade de mamíferos de diferentes portes. Boa parte deles encontra-se ameaçada de extinção. Fonte: IUCN, 2019.

TAMANDUÁ-BANDEIRA

Maior animal que se alimenta de formigas. Vulnerável de extinção.

ANTA

Maior mamífero terrestre do Brasil. Em perigo de extinção.

ONÇA PINTADA

Maior felino das américas. Vulnerável de extinção.

LOBO-GUARÁ

Maior canídeo sul-americano. Vulnerável de extinção.

MORCEGUINHO DO CERRADO

Espécie endêmica. Em perigo de extinção.

TATU CANASTRA

Maior tatu do mundo. Vulnerável de extinção.



BIODIVERSIDADE

Savana mais antiga e biodiversa do mundo. Abriga 5% de todas as espécies da Terra e 30% da biodiversidade do país.

Fonte: https://www.uwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/cerrado/biodiversidade/

DIVERSIDADE DE POVOS NO CERRADO

No Cerrado vivem aproximadamente 25 milhões de pessoas, ou 12% da população nacional. O bioma abriga mais de 80 etnias indígenas, além dos quilombolas, extrativistas, geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, barranqueiros, fundo e fecho de pasto, sertanejos, entre tantos outros.

Fonte: ISPN, 2019.

PLANTAS E FRUTOS COMESTÍVEIS

O bioma tem mais de 200 espécies de plantas medicinais e mais de 400 outras espécies que podem ser utilizadas tanto de forma sustentável na recuperação de solos degradados quanto para alimentação. Raízes, cascas, resinas, óleos, folhas, argilas, água, e outros diversos recursos naturais são minuciosamente manejados por suas populações na prática da medicina popular.

PRINCIPAIS FRUTOS



Babaçu Baru Buriti Pequi Umu

ALGUMAS PLANTAS MEDICINAIS



Buriti Pacari Fava D'Anta Mangaba



170 MIL KM² DE ÁREA PROTEGIDA

(8,7% do bioma)

Fonte: CNUC/MMA, 2018.

MUITAS ÁREAS FUNDAMENTAIS PARA A CONECTIVIDADE DA BIODIVERSIDADE, PARA A PROTEÇÃO DE RIOS FORAM CONVERTIDAS.

3,2%

proteção integral

- 28 Estações Ecológicas
- 13 Monumentos Naturais
- 77 Parques
- 5 Refúgios de Vida Silvestre
- 5 Reservas Biológicas

5,5%

uso sustentável

- 11 Florestas Nacionais
- 7 Reservas Extrativistas
- 2 Reservas de Desenvolvimento Sustentável
- 73 Áreas de Proteção Ambiental
- 18 Áreas de Relevante Interesse Ecológico
- 164 RPPNs



Metade do Cerrado já foi devastado para expansão agrícola e o restante está sob ameaça imediata. Apenas 8% do Cerrado está protegido nas Unidades de Conservação, sendo apenas 3% em áreas de proteção integral.

Além disso, a proteção exigida pelo Código Florestal pode variar de 20% a 35% de vegetação natural preservada em propriedades privadas.

O uso sustentável do Cerrado apresenta-se como uma alternativa viável de promoção da melhoria da qualidade de vida e da economia regional, além de colaborar na conservação, sendo uma alternativa à exploração insustentável de recursos naturais que ameaçam o bioma. A viabilidade econômica das cadeias ligadas à sociobiodiversidade depende das oportunidades de comercialização, estruturação e organização da produção de maneira sustentável.

O BARU

O baru ou cumbaru é o fruto do baruzeiro (nome científico *Dipteryx alata*), árvore nativa do Cerrado. Sua madeira é reconhecida pela resistência e qualidade, tendo ainda propriedades fungicidas. Com uma copa densa, suas árvores podem alcançar mais de 20 metros de altura e seu tronco chega até 70 cm de diâmetro. Uma dura casca protege o fruto, e no interior encontra-se uma castanha de sabor parecido com o do amendoim, de alto valor nutricional.

De acordo com dados do Serviço Nacional de Informações Florestais (SNIF), o baru ocorre com maior frequência nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, onde a sua coleta e comercialização é bem difundida. Em menor escala ocorre nos estados da Bahia, Maranhão, Pará, Piauí, Rondônia, Tocantins e norte de São Paulo.

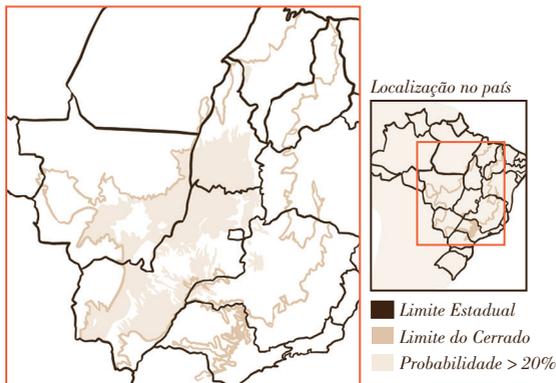


Figura 1: Ocorrência do baru no Cerrado
Fonte: IBGE, 2019.

A coleta dos frutos do baruzeiro acontecem de julho até outubro, podendo haver variação de acordo com a região e as condições climáticas.

A extração da castanha do baru requer cuidado especial, que se inicia com a seleção dos frutos. A retirada da castanha inteira requer técnicas de corte transversal ou por pressão mecânica por conta da dureza da casca.

A castanha é considerada um superalimento e pode ser consumida in natura ou torrada. Da castanha in natura é possível produzir óleos, farinha, manteiga, tortas e até gerar energia pela queima da casca. Já as castanhas torradas são utilizadas ainda na produção de paçoca, pé-de-moleque, rapadura e toda uma variedade de receitas.



HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DESTA ANÁLISE

Um conjunto de eventos foi realizado de maio de 2019 até a presente análise. Tais iniciativas tiveram por objetivo a promoção de diálogo e discussão sobre temas relacionados com a cadeia. Na imagem abaixo pode ser encontrado um fluxo de todas as atividades anteriores à publicação desta análise.

LINHA DO TEMPO

MAIO/2019

Oficina de Produção e
Comercialização dos Produtos
Agroextrativistas do Cerrado.

Evento realizado pelo WWF-Brasil, ISPN e Central do Cerrado e contou com a participação de 21 organizações, oportunidade em que identificou o baru como uma cadeia prioritária.

SETEMBRO/2019

1ª Oficina para o Comércio Justo e Solidário da Cadeia do Baru.

Oficina realizada pela Copabase com apoio do Fundo CEPF-Cerrado.

MAIO-JUNHO/2020

Identificação e Adequação
da Metodologia da análise.

Ações realizadas pelos times da Conexus e WWF.

JULHO-SETEMBRO/2020

Levantamento de Dados:
pesquisas, entrevistas
e sistematização da análise.

NOVEMBRO/2020

Evento de discussão dos
principais pontos
levantados na análise.

Contou com 27 participantes, incluindo representantes de cooperativas, universidade, associações, organizações não governamentais e empresas.

2021

Construção de parcerias,
implementação de ações
e promoção de eventos para
o fortalecimento da cadeia.

Figura 2: Linha do tempo



METODOLOGIA

A elaboração do trabalho está apoiada na metodologia desenvolvida pela Rede WWF chamada Supply Risk Analysis (SRA). Nos modelos convencionais de análise avalia-se o risco de fornecimento apenas do ponto de vista financeiro, o que torna o levantamento incompleto, pois na maioria das vezes os riscos estão associados às questões sociais, ambientais e institucionais.

Assim, para adaptação da metodologia, foram retirados alguns indicadores que seriam pouco aplicáveis ao contexto do baru, pois uma produção agroextrativista apresenta uma organização diferente da cadeia de produções agrícola.

A análise está estruturada em quatro grandes temas, conforme a ilustração abaixo: 1) Ambiental 2) Econômico 3) Governança, 4) Social. Esses temas estão divididos em 23 principais critérios que são representados por um ou múltiplos indicadores.



Figura 3: Eixos de análise

A análise teve por objetivo responder as seguintes perguntas:

- Quais riscos socioambientais são maiores?
- Onde concentrar esforços para o desenvolvimento da cadeia?
- Como priorizar os esforços necessários à sustentabilidade socioambiental e econômica da cadeia?

O risco é avaliado com base em duas medidas:

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA X GRAVIDADE DO IMPACTO

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA

Comum ←—————→ Improvável

		PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA				
		A	B	C	D	E
GRAVIDADE DO IMPACTO	Severa ↑	25	24	22	19	15
	↑	23	21	18	14	10
	↑	20	17	13	9	6
	↑	16	12	8	5	3
	↑	11	7	4	2	1
Insignificante						

Figura 4: Matriz da probabilidade de ocorrência pela gravidade do impacto

A pontuação de risco aumenta à medida que a probabilidade de ocorrência e severidade do impacto aumentam – sendo que uma pontuação mais elevada implica uma maior probabilidade de ocorrência e severidade do impacto.

A equipe avaliou cada um dos indicadores de forma a identificar aqueles que seriam relevantes para este perfil. Como resultado do processo, foram estabelecidos 10 critérios (5 de probabilidades e 5 severidades) representados por 23 indicadores usados nas análises.

OS 10 CRITÉRIOS

Probabilidade

- Ocorrência Comum
- Ocorrência Conhecida
- Pode Ocorrer
- Ocorrência Não Esperada
- Ocorrência Improvável

Severidade do Impacto

- Ameaça Severa
- Alto Impacto
- Impacto Moderado
- Impacto Leve
- Impacto Insignificante

Figura 5: Critérios de acordo com a probabilidade e severidade do impacto

OS 23 INDICADORES

N°	Indicador	Análise socioambiental			
		P	S	Risco	
1. GOVERNANÇA & GESTÃO					
1.1. Concentração da Produção					
1.1.1	Concentração da produção por região geográfica	C	2	18	
1.2. Mercado					
1.2.1	Estabilidade da oferta	D	3	9	
1.2.2	Evolução da demanda	D	3	9	
1.3. Ameaças Ambientais					
1.3.1	Pragas e doenças	B	4	12	
1.3.2	Severidade do clima	C	1	22	
1.4. Transporte					
1.4.1	Infraestrutura e transporte	C	2	18	
1.5. Rastreabilidade					
1.5.1	Nível de rastreabilidade da produção	C	2	18	
1.6. Reputação					
1.6.1	Cobertura negativa da mídia	E	3	6	
2. AMBIENTAL					
2.1. Impacto sobre a biodiversidade					
2.1.1	Impacto sobre a alta biodiversidade ou biodiversidade única	E	5	1	
2.1.2	Saúde do ecossistema	E	5	1	
2.2. Emissões					
2.2.1	Emissão de gases de efeito estufa (GEE) associados a produção (relativos ao uso de fertilizantes, conversão e desmatamento e de práticas agrícolas)	E	4	3	
2.3. Solo					
2.3.1	Degradação do solo	C	5	4	
3. SOCIAL					
3.1. Trabalho					
3.1.1	Uso de trabalho análogo ao escravo e uso de trabalho infantil	E	3	6	
3.1.2	Presença de risco ocupacional ou de segurança	A	3	20	
3.1.3	Remuneração e renda	D	3	9	
3.2. Posse de terra					
3.2.1	Insegurança fundiária (posse de terra)	A	3	20	
3.2.2	Grilagem/apropriação de terras	D	3	9	
3.2.3	Impacto em comunidades tradicionais (quilombolas e assentamentos/deslocamento de comunidades)	E	3	6	
3.2.4	Impacto em populações indígenas	E	3	6	
3.3. Bem estar social e comunitário					
3.3.1	Acesso a água de qualidade	C	2	18	
3.3.2	Pobreza	C	2	18	
4. ECONÔMICO E FINANCEIRO					
4.1. Volatilidade de preços					
4.1.1	Volatilidade do preço	B	3	17	
4.1.2	Acordo de sustentabilidade	A	2	23	

Quadro 1 – Lista de indicadores



BAIXO RISCO



RISCO INTERMEDIÁRIO



ALTO RISCO

LEVANTAMENTO DE DADOS E ENTREVISTAS COM ATORES RELEVANTES

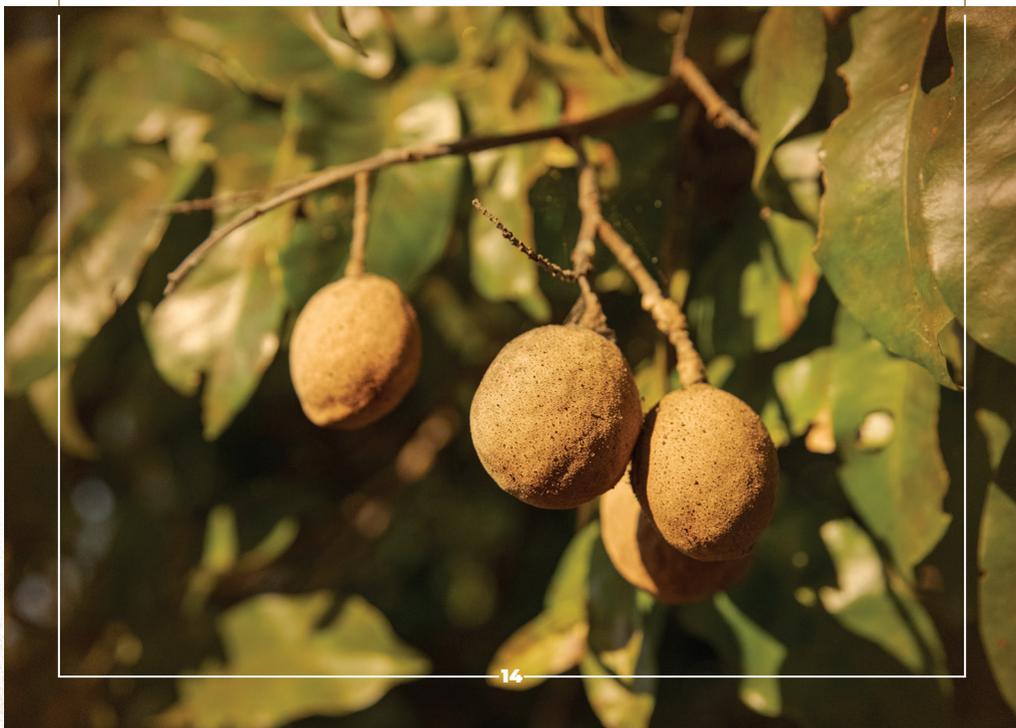
A etapa de levantamento de dados foi feita por meio de pesquisa de dados secundários com informações publicamente disponíveis, incluindo bancos de dados públicos, relatórios governamentais, artigos científicos, entre outros.

Com o objetivo de colher e validar as informações obtidas dos dados secundários, foram realizadas entrevistas com alguns atores da cadeia.

No total, foram entrevistadas 13 instituições, sendo realizadas conversas com 3 empresas, 5 cooperativas, 2 centrais de comercialização e 3 instituições de apoio.

O diálogo e o levantamento de dados foram realizados entre julho e setembro de 2020. Esse trabalho contribuiu também para uma aproximação entre instituições dos diferentes elos da cadeia produtiva.

Foto: Terra Mar Filmes (@TerraMarFilmes) / Sementes do Amanhã (@sementesdoamanhadoc)





SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

A presente análise de riscos e oportunidades foi construída com base nas informações disponíveis. Assim, não visa esgotar as discussões sobre o tema - trata-se de um exercício inicial de debate que precisa ser aprofundado e atualizado continuamente, visto que existem grandes lacunas de informações sobre a cadeia do baru. É importante ressaltar ainda que esta análise deve ser compreendida e observada de forma geral e não pela avaliação isolada dos indicadores, pois as conclusões observadas se dão a partir da interrelação entre todos os elementos da análise.

Dos 23 indicadores analisados no estudo, 13 se enquadraram como baixo risco, 09 como risco intermediário e 1 como alto risco. As discussões com os atores da cadeia foram focadas em resultados de risco intermediário e alto, pois requerem inicialmente maior atenção.

 **BAIXO RISCO**

 **RISCO INTERMEDIÁRIO**

 **ALTO RISCO**



RESULTADOS DE BAIXO RISCO IDENTIFICADOS COM A METODOLOGIA

Itens cujos resultados são vistos como baixo risco para a cadeia:

1.2.1	Estabilidade da oferta	2.1.1	Emissão de gases de efeito estufa
1.2.2	Evolução da demanda	2.3.1	Degradação do solo
1.3.1	Pragas e doenças	3.1.1	Uso de trabalho análogo ao escravo e infantil
1.6.1	Cobertura negativa da mídia	3.1.3	Remuneração e renda
2.1.1	Impacto negativo da biodiversidade	3.2.2	Grilagem e apropriação de terras
2.1.2	Saúde do ecossistema	3.2.3	Impacto negativo sobre comunidades tradicionais
		3.2.4	Impacto negativo sobre comunidades indígenas



RESULTADOS DE RISCO INTERMEDIÁRIO IDENTIFICADOS COM A METODOLOGIA

CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO

- Produção intensamente concentrada em poucos estados, especialmente em regiões de Goiás e Minas Gerais.
- Minas Gerais se destaca na média geral dos indicadores avaliados pelo IBGE. No entanto, mesmo diante dessa importância, os trabalhos em relação a essa cadeia no estado ainda carecem de maior desenvolvimento.

SEVERIDADE DO CLIMA

- Eventos climáticos no passado alteraram significativamente o nível de produção e, por consequência, os preços praticados.
- Produto sazonal, com ampla variação de safras entre os anos, o que demanda das organizações produtivas que se estruturarem em redes de produção e distribuição.

INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

- Péssimas condições das estradas rurais para acessar as áreas de coleta, bem como para transportar a produção até à sede do empreendimento comunitário ou até à cidade.
- O escoamento dos produtos se dá, principalmente por via terrestre, e muitas dessas rodovias, se encontram em situações precárias.
- Tais situações acarretam altos custos logísticos com incidência direta sobre os preços finais.

NÍVEL DE RASTREABILIDADE DA PRODUÇÃO

- A rastreabilidade pode garantir a origem do produto e trazer informações socioambientais de como foi produzido.
- Permite a identificação da região produtora. Frutos de diferentes regiões apresentam características distintas e demandam um beneficiamento diferenciado.
- Alguns atores relataram que identificam na cadeia dados do coletor e sobre a origem com identificação de lotes. Quando a compra não é feita diretamente com o agroextrativista ou com as cooperativas essa rastreabilidade fica comprometida.
- Diversos atores citaram ter interesse em melhorar os controles de rastreabilidade.

PRESENÇA DE RISCO OCUPACIONAL OU DE SEGURANÇA

- Os padrões de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) aplicados à atividade extrativista é um tema ainda pouco explorado pela literatura.
- A etapa de coleta pode apresentar riscos de acidentes (animais peçonhentos), riscos físicos (exposição à radiação solar) e riscos ergonômicos (transporte dos frutos coletados).
- O beneficiamento abrange riscos ergonômicos (postura para a quebra dos frutos, movimentos repetitivos) e riscos de segurança (acidentes com os equipamentos e maquinários). Identificado que faltam maquinários adequados especificamente ao beneficiamento.



RESULTADOS DE RISCO INTERMEDIÁRIO IDENTIFICADOS COM A METODOLOGIA

INSEGURANÇA FUNDIÁRIA (POSSE DE TERRA)

- Os atores consultados relataram desconhecer a existência de conflitos, entre extrativistas e o proprietários de terra, mas mencionaram situações de proibição de entrada em algumas áreas para coleta dos frutos.
- Parte da coleta se dá em imóveis de terceiros, podendo haver permuta de serviços ou cobrança de taxa de coleta.
- A perspectiva de aumento na demanda pode implicar numa tendência a grandes propriedades se envolverem na comercialização do produto e pode gerar dificuldades para os extrativistas acessarem o baruzeiros nessas áreas.

ACESSO A ÁGUA DE QUALIDADE

- Do total dos 17 municípios relevantes para a cadeia do baru, 11 têm parâmetros entre ótimo, bom e razoável sobre o balanço hídrico e 6 parâmetros entre ruim e péssimo de conforme informações do SNIRH. O balanço hídrico pode ser entendido como a contabilização das entradas e saídas (usos) de água nesses municípios.
- De forma estratificada, o enquadramento como ótimo é encontrado nos municípios de Arinos (MG), Nioaque (MS), Riachinho (MG), Santa Fé de Minas (MG) e Uruçuia (MG). O enquadramento é considerado bom em Arraias (TO), São Francisco (MG), São Romão (MG), e Várzea Grande (MT). Ele é razoável em Araguaçu (TO) e Padre Bernardo (GO), e ruim em Goiânia (GO), Icaraf de Minas (MG) e Taguatinga (TO) e enquadramento péssimo em Paracatu (MG), Poconé (MT) e Várzea da Palma (MG).

POBREZA

- A pobreza pode ser mensurada pelo IDH-M, que é composto por três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda.
- Foram avaliados índices dos Municípios-chave, sendo estes produtores que comercializam baru.
- Cerca de 70% dos municípios são classificados com IDH-M médio. E esses dados não nos permitem verificar qual a contribuição do extrativismo, no entanto essa atividade como geradora de renda, pode sim contribuir positivamente sobre o IDH-M desses municípios.

VOLATILIDADE DO PREÇO

- A definição do preço de compra e venda, afeta diretamente as relações entre compradores e extrativistas.
- O preço é afetado pela oferta de baru, e a oferta depende diretamente dos ciclos da natureza e da capacidade de acesso às regiões de produção da matéria-prima.
- Um fator relevante ao preço, são as relações entre os elos da cadeia de forma informal, pois geram insegurança e espaço para a atuação dos atravessadores, que oneram a produção, sendo compradores pontuais, que surgem quando o mercado do produto está em alta.



RESULTADOS DE RISCO ALTO IDENTIFICADOS COM A METODOLOGIA

ACORDOS DE SUSTENTABILIDADE

- Inexistência de marco regulatório no âmbito federal para o produto, com normatização dos parâmetros de qualidade que orientam as transações entre produtores e compradores.
- Poucos casos de ação coletiva com foco no desenvolvimento sustentável da cadeia, especialmente para a promoção do produto, proteção ambiental e das áreas de coleta e das comunidades, restauração florestal com baru, comércio justo, entre outros.

OUTROS ITENS DE RISCO

Durante as entrevistas para a realização desta análise outros elementos de risco, além dos indicadores inicialmente identificados, foram apontados pelos operadores da cadeia como itens de risco à sustentabilidade econômica e socioambiental da cadeia. São eles:

- *Acesso a recursos financeiros.* Organizações produtivas relataram dificuldades em acessar linhas oficiais de crédito rural para custeio e investimento. Entre as principais razões estão a exigência de grande quantidade de documentos, a necessidade de um plano de negócios para a cadeia, a ausência de garantias e pouco diálogo com os agentes financeiros.
- *Ausência de dados e informações públicas.* Todos os operadores declararam ser difícil obter dados e informações públicas e de qualidade sobre a produção e o mercado do baru, o que dificulta a tomada de decisão dos agentes econômicos. O Censo Agropecuário traz essas informações mais específicas da cadeia, porém com periodicidade de 10 anos.
- *Demanda externa x Demanda interna.* A taxa de crescimento a demanda internacional por baru aparenta ser maior do que a demanda nacional, o que dificulta a organizações menores se adequarem para encontrar bons canais de exportação.

EVENTO DE APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE

O evento online de discussão desta análise aconteceu em novembro de 2020 e contou com 27 participantes, incluindo representantes das cooperativas, universidade, associações, organizações não governamentais e empresas.

O evento teve como objetivos:

- Apresentar os resultados da análise de risco e oportunidades feita pela Conexus/WWF-Brasil, a fim de aprofundar os conhecimentos existentes sobre a cadeia;
- Ampliar o processo de *discussão estratégica* em torno da cadeia do baru, *seus desafios e oportunidades* de desenvolvimento; e
- Facilitar a *proposição coletiva de ações mitigadoras dos riscos identificados* na análise a partir de dados qualificados e percepções compartilhadas.

Com o objetivo de ampliar a troca de experiências os participantes foram organizados em salas virtuais em duas rodadas.

Na primeira rodada, foram convidados a discutir os principais resultados da análise. Já na segunda roda, refletiram sobre ações que poderiam ser endereçadas coletivamente de modo a minimizar ou eliminar os potenciais risco identificados na análise. Os principais pontos levantados nesse diálogo para a estruturação e fortalecimento da cadeia do baru são:

SOBRE A CRIAÇÃO DE UM FÓRUM COMUM, FORAM CONSIDERAÇÕES LEVANTADAS PELOS PARTICIPANTES DO EVENTO

- Necessidade de ter nitidez do que poderá ser construído conjuntamente, ou seja, quem poderá participar, qual é o propósito, e que sejam visíveis os benefícios para a cadeia como um todo, principalmente para os povos e comunidades tradicionais do Cerrado e seus respectivos empreendimentos comunitários.
- Necessidade de entender os diferentes ritmos e capacidade de assumir novos compromissos de colaboração. Considerando, por exemplo, como conciliar com a agenda de trabalho e diversas demandas do dia a dia.
- Necessidade de uma liderança/ponto focal ou guia no processo que possa trazer visão mais concreta para dar sentido àqueles que participam (trazer o equilíbrio e facilitar o processo).

SOBRE QUAIS AÇÕES GOSTARIAM DE UNIR ESFORÇOS PARA UMA ATUAÇÃO CONJUNTA

- a. *Criação de um banco de dados* (ou algo neste sentido), onde as informações da cadeia possam estar acessíveis a todos.
- b. *Gestão ou incidência pela criação de novas áreas protegidas* de uso sustentável, onde o baru possa ser protegido e aproveitado envolvendo um acordo de sustentabilidade que fomente o extrativismo de modo mais amplo e que possa unir todos os atores a se mobilizarem em prol da cadeia. De modo geral, o grupo considerou pensar ações dentro de uma estratégia de sustentabilidade mais ampla que também incluía a proteção e o fomento ao extrativismo e proteção dos povos e comunidades que estão nestas áreas.
- c. *Estabelecer os acordos para sustentabilidade*. Construir uma agenda de trabalho temática para o envolvimento de partes interessadas na construção de tais acordos, não somente por ser o item de maior risco identificado na análise, mas devido à urgência para que todos possam se envolver nessa construção. É importante que sejam envolvidos diversos elos da cadeia.
- d. *Conseguir identificar ou fomentar novas tecnologias* para o armazenamento, quebra, envase, controle de pragas. Fatores estes que tanto afetam o custo de produção e a qualidade.
- e. *Ampliar a comunicação divulgando o baru* promovendo ações que demonstrem melhor seus benefícios, os impactos e as vantagens desse tipo de cadeia para a proteção e conservação do Cerrado, além da geração de renda para povos e comunidades tradicionais do bioma.



CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA UMA AGENDA DE FORTELECIMENTO DA CADEIA DO BARU

A lista a seguir resume os principais elementos de risco e oportunidades de desenvolvimento identificadas na análise de risco, bem como no evento virtual de apresentação de seus resultados.

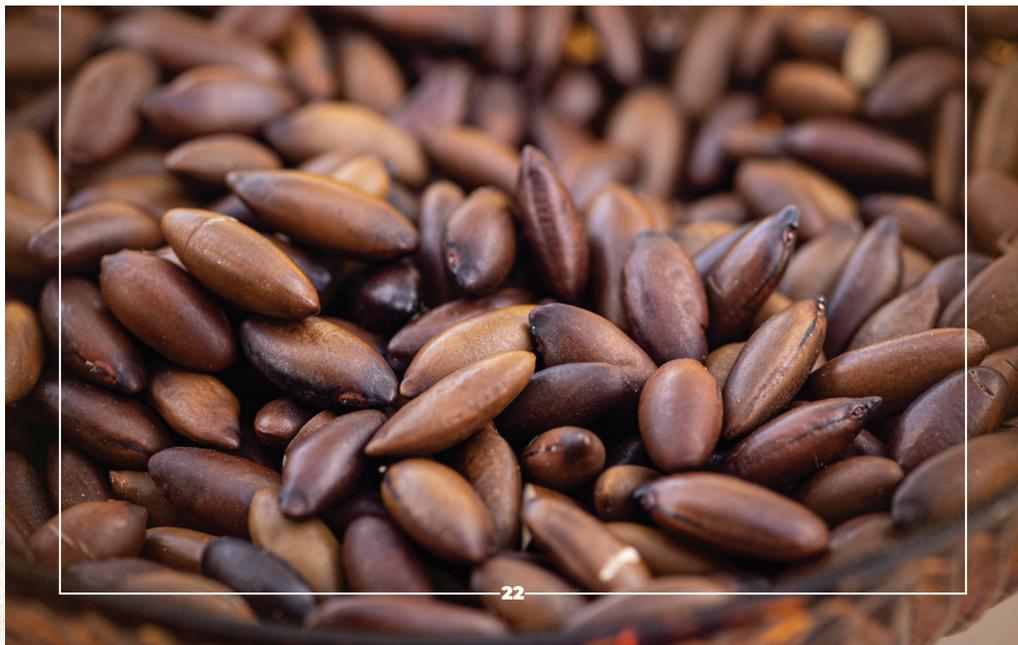
A identificação desses pontos e a proposição de recomendações busca implementar uma agenda positiva para o baru e para o desenvolvimento das atividades no âmbito dessa cadeia. Os pontos aqui destacados referem-se àqueles mais estruturantes e cujas ações colaborativamente organizadas, se executadas, podem gerar um maior benefício a todos os envolvidos.

- Faltam dados para a cadeia no que se refere à produção, aos preços e ao volume de comercialização local/regional – além de outras informações relevantes para apoiar a tomada de decisão por parte de agentes econômicos. Por isso, recomenda-se que agências regulatórias, instituições de apoio, organizações produtivas e comerciais possam *colaborar numa coleta e sistematização de dados* associados ao baru. A participação de instituições de pesquisa e ensino na coleta e sistematização de dados sobre o produto também é de fundamental relevância.
- A ausência de dados deixa também evidente a falta de formações qualificadas que preparem os diferentes atores na condução de seus trabalhos. Desse modo, vale buscar o fortalecimento das bases produtivas por meio de *formações, capacitações e assistência técnica* qualificada as demandas desta cadeia.
- As associações e cooperativas têm dificuldades para acessar recursos financeiros para suprir suas necessidades de capital de giro e de investimento produtivo. Por isso, recomenda-se que sejam fomentadas *soluções que facilitem o acesso a financiamentos e a microcrédito de finalidade produtiva*, a fim de garantir a oferta de baru por parte das organizações comunitárias, bem como supri-las com os recursos necessários para investimentos. Ações para recuperação de crédito, de aval para contratação de crédito rural ou a criação de pequenos fundos

rotativos estão entre as soluções possíveis. A antecipação de compras de safra por parte de empresas compradoras também pode ser uma prática a ser adotada a fim de garantir a oferta advinda de cooperativas e associações.

- A ausência de instruções normativas e regulação sanitária específica, traz insegurança e dificuldade na definição dos critérios básicos de qualidade do produto. Por isso, recomenda-se que sejam *discutidas e implementadas normas e regras que uniformizam os parâmetros de qualidade do produto*, como grau de umidade, mofo, fumaça e germinação, além do tratamento necessário para a comercialização internacional. Legislações de outras cadeias produtivas da sociobiodiversidade do Cerrado podem servir de exemplo, mas sempre dando atenção especial aos pontos específicos que ocorrem apenas na cadeia do baru.
- Com a entrada de novos atores compradores na cadeia, especialmente empresas e indústrias, o nível de exigência em termos de critérios e parâmetros básicos de compra tende a aumentar. Assim, recomenda-se que empresas e indústrias possam se envolver em parcerias continuadas para o desenvolvimento da *gestão comercial das associações e cooperativas*, uma vez que estes processos permitem a estruturação de fornecedores sólidos e adequados a atender as exigências das empresas.

Foto: Terra Mar Filmes (@TerraMarFilmes) / Sementes do Amanhã (@sementesdoamanhadoc)



- Com a crescente demanda pelo produto, grandes produtores e proprietários de terra podem restringir o acesso às suas áreas, que são utilizadas pelos extrativistas para fazerem a coleta, ou mesmo impor condições mais onerosas ao extrativista para a coleta do baru. O reduzido número e tamanho de unidades de conservação de uso sustentável no Cerrado, sobretudo Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), além da falta de reconhecimento de áreas de uso tradicionais de povos e comunidades, contribuem para intensificar o acesso à terra como elemento de risco. Por isso, recomenda-se a *criação ou ampliação de áreas estratégicas para o extrativismo e a coleta de baru*, além de outras cadeias bioextrativistas, assim como um avanço nas políticas de reconhecimento de territórios tradicionais dos povos e comunidades do Cerrado. Vale considerar ainda a possibilidade de que órgãos públicos, empresas e organizações produtivas apoiem a *recuperação de áreas degradadas e a restauração florestal utilizando o baru*, por exemplo, em consórcio via Sistemas Agroflorestais, a fim de ampliar o potencial de coleta e produção no médio e longo prazo.
- A construção de um ambiente que seja favorável ao comércio justo, onde os pequenos produtores tenham acesso ao mercado em condições justas e equitativas é primordial. Assim, cria-se um tipo de comércio que respeita a sustentabilidade social e ambiental ao longo do tempo, dignificando o trabalho, respeitando a natureza e fomentando uma gestão responsável dos recursos naturais. Nas cadeias agroextrativistas, por serem diretamente relacionadas à biodiversidade, às práticas e aos saberes relacionados à cultura e tradição das comunidades, esse modelo de negócio é ainda mais relevante. Dessa forma, recomenda-se *ambientes de discussão onde todos os atores da cadeia possam compartilhar suas realidades, visando uma busca constante de ações de forma equilibrada para a realização de negócios mais inclusivos*.
- A ausência de espaços coletivos de governança e de diálogo na cadeia podem dificultar a sustentabilidade econômica e socioambiental da cadeia. Por isso, recomenda-se a *criação e o funcionamento de grupos de trabalho/fóruns ou outras instâncias coletivas multissetoriais para a promoção do diálogo, circulação de informações, estabelecimento de parcerias e acordos justos, e facilitação de ações conjuntas* para o fortalecimento da cadeia.

